



ISSN 2177-2940
(Online)
ISSN 1415-9945
(Impresso)

O contar sobre a cidade: a biografia e as memórias que distinguem o lugar

<http://dx.doi.org/10.4025.dialogos.v22i2.40236>

Marília Garcia Boldorini

Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, Brasil. E-mail: mariliaboldorini@gmail.com

Roberta Barros Meira

Universidade da Região de Joinville, UNIVILLE, Brasil. E-mail: rbmeira@gmail.com



Palavras-chave: paisagem cultural; biografia; literatura; Joinville (SC)	Resumo: Reflete-se sobre o papel das biografias na escrita das memórias da cidade com um paralelo entre <i>Primavera em pleno outono: a jovem Olívia faz 80 anos!</i> , de Wilson Gelbcke (2004), e <i>Eu, Wittich Freitag</i> , de Raquel S. Thiago (2000), para averiguar como memória, narrativas e paisagem cultural de Joinville aparecem nos discursos. Questiona-se a construção do contar biográfico, ressaltando as interferências dessas narrativas nas discussões de memória e patrimônio cultural, reforçando/negando os discursos oficiais da cidade. Como discurso oficial, tomamos como narrativa <i>História de Joinville: crônicas da Colônia Dona Francisca</i> , de Carlos Ficker (1965), importante influenciador do discurso que envolve Joinville.
Key words: cultural landscape; biography; literature; Joinville (SC)	Telling about the city: biography and the memories that distinguish the place Abstract: We reflect about the role of biographies in the writing of city memories through a parallel between <i>Primavera em pleno outono: a jovem Olívia faz 80 anos!</i> , by Wilson Gelbcke (2004), and <i>Eu, Wittich Freitag</i> , by Raquel S. Thiago (2000), to examine how Joinville's memory, narratives and cultural landscape appear in the speeches. We interrogate the construction of the biographic telling, emphasizing the interferences of these narratives in the discussions about memory and cultural heritage, reinforcing/denying the city official speeches. As official speech, we selected the narrative <i>História de Joinville: crônicas da Colônia Dona Francisca</i> , by Carlos Ficker (1965), important influencer of the speech that involves Joinville.
Palabras clave: paisaje cultural; biografía; literatura; Joinville (SC)	El contar sobre la ciudad: biografía y las memorias que distinguen el lugar Resumen: Reflexionamos sobre el papel de las biografías en la escrita de las memorias de la ciudad con un paralelo entre <i>Primavera em pleno outono: a jovem Olívia faz 80 anos!</i> , de Wilson Gelbcke (2004), y <i>Eu, Wittich Freitag</i> , de Raquel S. Thiago (2000), para averiguar cómo memoria, narrativas e paisaje cultural de Joinville aparecen en los discursos. Cuestionase la construcción del contar biográfico, ressaltando las interferencias de esas narrativas en las discusiones de memoria y patrimonio cultural, reforzando/negando los discursos oficiales de la ciudad. Como discurso oficial, tomamos como narrativa <i>História de Joinville: crônicas da Colônia Dona Francisca</i> , de Carlos Ficker (1965), importante influencia del discurso que envuelve Joinville
Artigo recebido em: 29/10/2017. Aprovado em: 29/06/2018.	

Introdução

O homem, como o ser social que é, não vive sozinho. Sua vida desenrola-se considerando as relações que trava com aqueles que estão a seu redor. Essas relações, entretanto, não se restringem à interação homem-homem; elas acontecem no que se refere a tudo, seja material, seja imaterial, já que o homem também faz parte da natureza. Portanto, ele molda o espaço que habita, o qual, por sua vez, também interfere em sua constituição. Ambos recebem e sofrem influência igualmente de um e de outro, passando por transformações para a melhor adaptação mútua.

Por essa característica, o ser humano acaba por criar vínculos com o território em que reside, com a intenção de instituir um lugar para pertencer e que lhe pertença. Nas palavras de Besse (2013, p. 38), “habitar é, por um lado, marcar (e organizar) um espaço e, por outro lado, ser marcado por ele. O lugar marca-nos e nós marcamos o lugar”.

A esse conjunto de relações existenciais mantidas pelos seres humanos com o mundo que os rodeia, relações essas experimentadas de diferentes modos, tanto em função da matriz cultural individual e coletiva quanto das temporalidades que exercem influência nos homens, se dá o nome de paisagem: “O homem está no mundo e o mundo está no homem: a paisagem é o nome e

o local dessa circulação entre homem e mundo, dessa mistura” (BESSE, 2013, p. 34). Por conseguinte, a paisagem faz parte do nosso estar no mundo e consiste num elemento fundador das nossas identidades pessoais e coletivas.

Todavia, é importante ressaltar que essa paisagem que o homem molda e por ela é moldado é compartilhada em diferentes níveis. Esse compartilhamento ocorre na maioria das vezes sem problemas quando nos referimos a residências, por exemplo, mas a situação muda de figura quando esse espaço ultrapassa os muros e portões de casas e prédios e alcança espaços maiores, como a cidade e o país. As complicações acontecem nesses casos em razão da heterogeneidade dos grupos sociais que residem nesses espaços. Todos querem que os locais sejam configurados à sua maneira. Logo, esses lugares tornam-se um campo de tensões e embates com o propósito de privilegiar um único ponto de vista, que resulta na formatação almejada.

Sendo assim, a diversidade está presente nos variados regimes de espacialidade, e a paisagem também é atravessada por ela: “Cada pessoa, de acordo com a sua trajetória, consciência e experiência, vê as paisagens de forma diferente e única, sendo que nela se insere de determinada forma. Cada um constrói seus conceitos que vão refletir em suas ações e seus olhares” (VERDRUM; VIEIRA; PIMENTEL, 2016, p.

133).

Entende-se então que a leitura da paisagem é uma construção contínua social e, ao mesmo tempo, particular. Nela se sobrepõem identidades, conhecimentos, memórias e sentimentos individuais, associados aos processos culturais e à carga simbólica que exercem interferência nos organismos. “As ações de perceber e representar a paisagem passam por valores estéticos, plásticos e emocionais em relação ao meio. E interpretar essas imagens e representações pressupõe a compreensão de determinada matriz cultural” (VERDRUM; VIEIRA; PIMENTEL, 2016, p. 133).

Nesse sentido, tem-se como pressuposto no presente estudo perceber de que maneira a memória, as narrativas e a paisagem cultural da cidade de Joinville (SC) são trazidas nos discursos literários de seus diferentes atores. Os discursos em foco nesse caso são textos biográficos, haja vista a biografia trabalhar basicamente com fontes documentais, bibliográficas, iconográficas e mnemônicas, servindo por isso como objeto de estudo tanto da literatura quanto da História. Pensou-se na investigação de biografias por elas serem uma fonte de pesquisa que engloba

memória e identidade. Ademais, seus textos são dependentes de variáveis de tempo e espaço que interferem diretamente na vida exposta em suas páginas. Essa peculiaridade faz com que funcionem como uma base com características maleáveis para delineamentos do grupo, dos lugares, dos costumes, dos hábitos, entre outros, além de ser uma narrativa que se reconstrói pelos séculos, adaptando-se às visões demandadas pelas narrativas patrimoniais.

Posto isso, a ideia deste artigo é traçar um paralelo comparativo entre textos biográficos com o intuito de averiguar em ambos os discursos principalmente a questão da paisagem e como esta aparece nas narrativas. Para tanto, selecionaram-se duas obras que bem representam discussões que envolvem memória, identidade e protagonismo *versus* coadjuvação. São elas: *Primavera em pleno outono: a jovem Olívia faz 80 anos!*, de Wilson Gelbcke¹ (2004), e *Eu, Wittich Freitag*, de Raquel S. Thiago² (2000).

A primeira publicação mencionada, *Primavera em pleno outono*, conta a história de vida de Olívia Maia Mazzolli, professora e ex-funcionária da Receita Federal. Olívia é natural de Joinville, nasceu na década de 1920 e,

¹ O autor do material é membro da Academia Joinvilense de Letras, nasceu em São Paulo (SP) em 1933 e mora em Joinville desde 1947. Após a aposentadoria, dedica-se exclusivamente à escrita, desde 1997, e é autor de obras juvenis, romances, poemas e biografias, além de também fazer as ilustrações dos próprios livros.

² A autora da obra, assim como de outros livros, artigos científicos e matérias de jornal, é natural de Joinville e mestre em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Suas pesquisas envolvem história, história de Santa Catarina e história regional, sobretudo nos seguintes temas: história, identidade, memória, colonização e imigração. É membro da Academia Joinvilense de Letras.

juntamente com o seu marido, atuou como voluntária em trabalhos sociais no auxílio de famílias em necessidade, por meio do Centro de Estudos e Orientação da Família (Cenef).

Já a segunda biografia analisada é *Eu, Wittich Freitag*, que narra episódios da vida do empresário e político Wittich Freitag. Nascido em Blumenau (SC), Wittich foi um importante empreendedor para Joinville, pois na cidade construiu e consolidou a primeira fábrica de refrigeradores da Região Sul brasileira, a Consul, marco para a industrialização joinvilense, e criou posteriormente a Empresa Brasileira de Compressores S.A. (Embraco). Atuou como vereador, deputado estadual e por duas vezes foi prefeito, exercendo seu trabalho sempre de Joinville.

No intuito de averiguar se as biografias reforçam o discurso oficial corrente joinvilense, ou se de alguma maneira se posicionam de maneira contrária, basear-nos-emos no livro de Carlos Ficker *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*³ (1965), um grande influenciador do discurso midiático que envolve Joinville, bem como suas políticas públicas. Sua escolha como discurso oficial deu-se porque o material é amplamente utilizado por pesquisadores locais desde seu

lançamento, em 1965, funcionando como suporte para as narrativas que rondam a cidade.

Biografias e o discurso oficial corrente: memórias em disputa

Guedes (2007) esclarece que a história de Joinville se iniciou ainda em 1846. As terras onde hoje está a cidade foram concedidas ao príncipe francês François Ferdinand Philippe como dote por ocasião de seu casamento com a princesa Francisca Carolina, irmã de D. Pedro II. Resultado de um empreendimento comandado pelo príncipe e executado pela Companhia Colonizadora de Hamburgo, chamada de Colônia Dona Francisca, em 9 de março de 1851 aportaram nas proximidades onde atualmente é o Mercado Público Municipal levas de um grupo de imigrantes alemães, suíços e noruegueses. Esse feito ficou conhecido como o marco inicial da fundação de Joinville enquanto município⁴.

No entanto, conforme as pesquisas de Ficker (1965), a data estabelecida como a oficial para a fundação de Joinville é apenas simbólica: “A Colônia Dona Francisca, já assim denominada pelos seus idealizadores em Hamburgo, teve o marco inicial de sua vida, a 22 de maio de 1850, quando desembarcados os

³ É válido ressaltar que o livro é o vencedor de um concurso promovido pela Fundação Tupy S.A. sobre a melhor história da sua comunidade, ou seja, a comunidade joinvilense. Ficker fez pesquisas tanto no Brasil quanto na Europa, considerando que Joinville enquanto colônia era comandada por uma empresa cuja sede ficava em terras europeias, e seu livro, de acordo com a introdução nele presente, constitui a história definitiva de Joinville.

⁴ Atualmente a cidade é a maior de Santa Catarina, ficando à frente até mesmo da capital catarinense, Florianópolis, e se destaca no cenário nacional por conta de seu caráter industrial.

seus primeiros moradores, às margens do Rio Cachoeira” (FICKER, 1965, p. 57-58). Segundo ele, uma sucessão de erros em documentos acabou tornando-se uma verdade:

Sendo a obra [*Colonização do Estado de Santa Catharina*, de Jacinto de Matos] citada por muitos historiadores, o erro (e não somente este!) repete-se em todas as divulgações sobre a história de Joinville, com uma persistência incrível, tornando-se, finalmente, a mais pura verdade histórica (FICKER, 1965, p. 89).

Por esse trecho, é possível perceber a força e o poder que as informações têm quando registradas, principalmente, em documentos oficiais e livros que se autointitulam de verdade histórica. Como o maior grupo de imigrantes aportou em Joinville em 1851, o grupo anterior acabou esquecido pela historiografia.

Todavia, Ficker também recebe grande parcela do poder de contar a história *correta* de Joinville quando Oswaldo Cabral, do Instituto Histórico Brasileiro, passa na introdução da obra a ideia de que o historiador tem a função de escrever a historiografia oficial, pois só ele trabalha com os fatos tal e qual aconteceram:

A empreitada, assim, não era fácil, se se quisesse escrever uma história real, exata, precisa, minuciosa, da ex-Colônia Dona Francisca. [...] Não é obra de sociólogo. É trabalho de cronista, de historiográfico, que relata os fatos, tão minuciosamente quanto possível e os situa no tempo e no espaço (CABRAL, 1965, p. 10-11).

Ficker compartilha dessa perspectiva, ao ressaltar: “Não aceitamos história, a não ser

quando exata, legítima, pura, baseada cientificamente em documentos devidamente autenticados” (FICKER, 1965, p. 14).

Tal postura colocaria de lado as mudanças que ocorreram no campo da história sobretudo após a circulação das ideias defendidas por movimentos como a chamada Escola dos Annales. Cardoso e Brignoli (1979, p. 25) chamam a atenção para o fato, aclarando que não se tratava mais de construir a história “saltando de fato singular a fato singular”. Os objetos de análise deixaram de ser personagem de uma história marcadamente política ou militar que se centrava nas ações dos heróis ou dos gênios. A reconstituição da vida cotidiana e de uma história que não se apoiava só em fontes oficiais ensejaria os futuros novos estudos. Ou como bem diz Febvre (1989, p. 24):

Os textos, sem dúvida: mas todos os textos. E não só os documentos de arquivos em cujo favor se cria um privilégio [...]. Mas, também um poema, um quadro, um drama: documentos para nós, testemunha de uma história viva e humana, saturada de pensamentos e de ação em potência.

Desde o prefácio, Ficker perpetua o conceito da colonização como sinônimo ao progresso: “Há um século, Joinville nascia como colônia de imigrantes europeus em terras de Santa Catarina” (FICKER, 1965, p. 13), correlacionando aos imigrantes adjetivos como “força de vontade”, “luta contínua” e “empenho” (FICKER, 1965, p. 13). A fala é

corroborada por Cabral (1965, p. 11):

O Autor, sem diminuir o valor do imigrante, que tem a coragem de enfrentar o desconhecido para instalar uma nova existência, não subestima o extraordinário concurso dos que o ajudaram na epopeia, já governo, já empresários e muito também o dos elementos nacionais envolventes, que abriram os braços para acolher os imigrantes, compreendendo-lhes as dificuldades com simpatia, reconhecendo-lhes a fibra lutadora e tudo fazendo para facilitar esta desejada aculturação de que é Joinville um dos mais estupendos e edificantes exemplos de que nos podemos orgulhar.

Foi baseada nessa imigração que se estruturou a maior parte da historiografia local. Dessa forma, as origens de Joinville foram afirmadas sobre o imigrante europeu, procurando-se minimizar a participação daqueles que os antecederam, fossem eles indígenas, brasileiros ou negros (GUEDES, 2007), embora existam registros de sua presença no local antes mesmo da chegada dos novos colonizadores: “Não é exato, pois, afirmar-se que em 1851 as grandes zonas destinadas à colonização europeia, seriam ínvio e desconhecido sertão. Eram, ao contrário, bastante habitadas as cercanias” (FICKER, 1965, p. 32). Ficker (1965, p. 32) cita como moradores à época senhores de fazenda e escravos, além dos índios, aqui já associando os últimos à barbárie e à selvageria.

Por causa das relações predatórias da elite portuguesa no tocante à natureza e aos recursos naturais e da rejeição por parte dos europeus sofrida pelo grupo social que estava

instalado naquele espaço, os índios, considerados bárbaros e não civilizados (RONCAGLIO, 2009), não houve sentimento de pertencimento ao território nem identificação com os habitantes nativos por todo o Brasil, e em Joinville aparentemente a situação não foi diferente. Conta Ficker (1965, p. 283), por exemplo: “O aborígene foi sempre o terror dos colonos. [...] Em 1836, uma família inteira foi aniquilada pelos bugres, no local onde, em 1852, o norueguês Peter Lyng instalou a Olaria, hoje esquina Rua do Príncipe e Rua São Pedro”.

A imagem que os colonizadores tinham dos grupos indígenas era a de que eles, por não serem civilizados conforme os moldes europeus habituais, não teriam cultura e, por isso, atrapalhariam o progresso que a colonização traria à região: “A reabertura do picadão e a sua reconstrução [da estrada que ligaria a colônia à Curitiba] deve-se ao principal fato de defesa contra os selvagens” (FICKER, 1965, p. 139).

Sendo a história joinvilense contada pelo olhar da colonização principalmente germânica, não é estranho o fato de se terem escolhido como protagonistas de biografias que se passam na cidade duas personagens com tal característica. Tanto Olívia Maia Mazzolli quanto Wittich Freitag compartilhavam a descendência alemã, viveram em Joinville a maior parte de suas vidas – Freitag não era natural de Joinville, mas chegou à cidade por

volta dos 20 anos e nunca mais a deixou – e na cidade constituíram carreira e família, obtendo sucesso em todos os aspectos de sua trajetória, ao menos de acordo com as suas biografias. Vê-se nas duas obras a questão do imigrante que deu certo, quase que uma panfletagem do discurso que ronda a imagem de Joinville aos olhos dos outros.

Essa imagem é reforçada por Ficker (1965) em sua obra. Embora o escritor admita que havia habitantes em Joinville antes do projeto de colonização da cidade, mencionando sobretudo os escravos, a sua obra encerra-se com os seguintes dizeres: “Termina, com a exposição das razões mais evidentes do êxito da colonização e industrialização, a história de Joinville e a crônica da Colônia Dona Francisca” (FICKER, 1965, p. 439). Observa-se, portanto, a supervalorização do imigrante germânico, em detrimento das demais populações que compunham a região à época e que também colaboraram na criação e no desenvolvimento de Joinville, ou seja, uma campanha de colonização vitoriosa, apesar de Cabral salientar na introdução da obra a “absoluta isenção” (CABRAL, 1965, p. 11) com que Ficker se refere ao programa de imigração.

Em um ponto de sua narrativa, porém, Ficker (1965, p. 61) afirma que para a construção da colônia “empreitaram-se brasileiros, moradores da redondeza, que ofereceram seus serviços”, pois as famílias de

colonos não apresentavam as características necessárias para desbravar nem para abrir clarões na mata virgem, derrubando árvores e preparando o chão para as primeiras plantações, ou seja, homens fortes e trabalhadores rurais experimentados, como era o caso dos brasileiros.

Na obra o brasileiro é descrito como aquele trabalhador forte, experiente na agricultura e necessário para o desbravamento da mata virgem, ligando-o ao trabalho braçal puro e simples: “Os trabalhadores brasileiros, que prestaram serviços insuperáveis no desmatamento das florestas, roçando e queimando os terrenos dos colonos inexperientes” (FICKER, 1965, p. 98). Esse discurso da mão de obra primária prestada pelo brasileiro não difere do discurso que ronda a educação nacional, vide as mais recentes modificações sofridas pelo setor. Enquanto isso, sobre os colonos, Ficker associa-os a todo o momento ao progresso da colônia:

Os 61 noruegueses [...] representaram [...] fator importante no desenvolvimento da colônia, por serem principalmente operários e artífices como carpinteiros, pedreiros e ferreiros. [...] Destacava-se a residência de nove noruegueses, que construíram a sua casa assobradada, com um acabamento profissional e em regime de coletividade, dividindo despesas e lucros em partes iguais (FICKER, 1965, p. 80).

A ideia, explícita nas três narrativas em foco neste artigo, de valorizar o imigrante olvidando-se dos indivíduos que na região já

viviam antes da colonização, ou diminuindo-os, demonstra a disputa pela ocupação do território. Ao sobrepor uma representação a outras, verificamos que os interesses de certos grupos acabam prevalecendo, fazendo com que o mundo social seja construído de maneira parcial, e essa construção social perpassa também pela paisagem. Afinal de contas, a paisagem afirma o papel central das experiências sensoriais na fabricação de identidades.

Hoje em dia já se sabe que as identidades, independentemente de quais sejam, são fenômenos sociais, dinâmicos e dialéticos, são múltiplas e flexíveis no tempo e no espaço, estabelecidas em semelhanças e diferenças, mantidas e formadas não só por elementos sociais, coletivos e psíquicos, mas também por elementos simbólicos e materiais (CASTRO, 2008). Para Meneses (1984), toda identidade, pessoal ou coletiva, é sempre socialmente atribuída, socialmente mantida e só capaz de ser transformada também socialmente. Todos os valores, significações e papéis atribuídos necessitam de legitimidade social. Portanto, por ser resultado da construção de uma imagem forjada e supostamente instituída, é propícia a manipulações.

Assim, na busca por uma identidade coletiva, para ser definidos sentimentos de unidade, continuidade e coerência, investe-se numa integração supostamente harmoniosa,

que neutralize os conflitos e mascare as contradições. Isso se alcança, então, por meio de representações que determinados grupos sociais têm do que acreditam simbolizar o todo. Entre esse todo, molda-se uma paisagem cultural que busca se harmonizar nas áreas centrais da cidade com uma história oficial formulada no passado e que procura dar as cartas no presente. Uma paisagem com sentimentos que é fruto de um contato real vindo de uma cidade que se pensa como uma ilha e não como um arquipélago. Afinal, como bem formula Ginzburg (2004, p. 113), “nenhum homem é uma ilha, nenhuma ilha é uma ilha”.

Um mito bastante presente na obra de Ficker (1965) no que concerne à paisagem é a questão da natureza intocada. O autor abre sua obra com a imagem de que Joinville, antes da colonização, era uma floresta virgem e intacta, cujo propósito era servir de terreno para a construção de uma cidade que se edificaria por conta do progresso trazido pelos imigrantes que ali chegariam e a colonizariam. A página de abertura de seu livro, por exemplo, traz a figura de uma mata densa e a legenda: “Começou em 1843 a história da colonização desta área, vasta e fértil, coberta de florestas virgens...” (FICKER, 1965).

Arruda (2006) defende a ideia de que a natureza, um dos componentes da paisagem cultural, consiste no pilar de sustentação da identidade nacional. Assim, trata-se de um

suporte da identidade do espaço da nação. A natureza tem sido usada para a construção de singularidades e identidades regionais ou nacionais em larga escala e, desde a chegada dos europeus às Américas, ela é um dos principais temas para a produção de representações, discursos, símbolos e imagens sobre o país (ARRUDA, 2006; 2009).

No caso brasileiro, por exemplo, Roncaglio (2009) relata que o país – com grande exuberância e abundância da natureza e riquezas naturais infinitas, como Pero Vaz de Caminha conta em sua famosa carta do descobrimento⁵, de 1500 (RONCAGLIO, 2009) – foi colonizado por povos de visão antropocêntrica e de concepção criacionista judaico-cristã, o que fez com que a natureza “se submetesse pacificamente” aos caprichos e desejos dos conquistadores e fossem implantados aqui o extrativismo predatório e a monocultura, os dois levados à última consequência. O mesmo caso ocorreu em Joinville e é descrito na obra de Ficker (1965).

Herança do sistema colonial, tal exploração interferiu diretamente e interfere até hoje na paisagem cultural do território brasileiro, sobretudo pelo fato de que os limites entre paisagem natural e a paisagem resultante da ação humana se tornam cada vez mais

evidentes. Os dois tipos são testemunhas de fases de uma indissociável relação da história humana (DELPHIM, 2009).

No caso específico de Joinville, a cidade iniciou-se como uma colônia de caráter basicamente agrícola: “[Em 1855] A indústria é representada por duas fábricas de cigarros, uma olaria, uma fábrica de louças de barro, 2 engenhos de arroz, um engenho de mandioca, duas moendas de milho e dois engenhos de açúcar” (FICKER, 1965, p. 149).

A característica agrícola da cidade também é vista na biografia de Olívia, que conta que por muitos anos um engenho de erva-mate, do qual seu pai era gerente, serviu de sustento à família:

Eleutério sempre foi um lutador. Depois de casar, deixou de ser caixeiro-viajante para trabalhar como gerente de indústria ervateira, liderada em Joinville por Abdon Batista e Procópio Gomes de Oliveira. Gerenciou o engenho durante muitos anos, enquanto a erva-mate tinha bom mercado (GELBCKE, 2004, p. 20).

A respeito da indústria ervateira, na qual o pai de Olívia prestou seus serviços, consegue-se ver a ascensão ao longo do tempo:

Viera a Estrada Dona Francisca influir decisivamente na criação da indústria ervateira em Santa Catarina, instalando-se em 1877 três engenhos de erva-mate em Joinville. A

⁵ Considerada o primeiro documento escrito da história do Brasil e também o primeiro da literatura nacional, compondo a escola literária denominada de quinhentista, a Carta de Pero Vaz de Caminha consiste no registro das impressões do fidalgo português Caminha sobre a terra que mais tarde viria a ser chamada de Brasil. O texto pode ser visto integralmente na página virtual disponível em: <<http://www.biblio.com.br/defaultz.asp?link=http://www.biblio.com.br/conteudo/perovazcaminha/carta.htm>>. Acesso em: 15 out. 2017.

iniciativa partiu de Antônio Sinke [...], para montar usina própria na Rua do Príncipe, esquina da Rua Cachoeira (hoje Princesa Isabel) [...]. Foi a erva-mate, inegavelmente, um fator econômico preponderante no desenvolvimento de Joinville. Da exportação passou-se para a construção de engenhos e, com a industrialização da erva-mate, tornou-se Joinville centro industrial e comercial, e mais importante praça do produto (FICKER, 1965, p. 310-311).

No entanto, verifica-se ao longo do livro de Ficker (1965) que esse caráter essencialmente agrícola foi transformando-se ao longo do tempo, lenta e progressivamente, com intervalos prolongados, até a decadência da imagem agrícola para a cidade assumir a figura de um parque industrial.

Conforme o autor, os trabalhos de implantação do povoado nascente resultaram na cidade, nas indústrias e na sua riqueza consequente: “O centro da Colônia Dona Francisca desenvolveu-se rapidamente com a construção de novas casas e a instalação de pequenas indústrias e ofícios diversos, por enquanto só para consumo interno [ainda em 1852]” (FICKER, 1965, p. 131-132).

Vê-se também que Ficker associa as três imagens básicas de seu livro – o imigrante, o progresso e a indústria –; cada elemento contribuindo para o desenvolvimento do outro: “Muitos imigrantes, chegados de zonas europeias já industrialmente desenvolvidas, trouxeram para cá as aptidões e a indispensável iniciativa de transformar, passo a passo, um território de mata virgem em uma zona das mais industrializadas do sul do Brasil”

(FICKER, 1965, p. 231).

A industrialização da cidade é motivo de orgulho para Ficker, assim como o é para Wittich Freitag, talvez por este ter sido responsável pela fundação de duas grandes empresas no município. Freitag conta que nos fins de semana em que a sua filha que morava em Curitiba (PR) vinha a Joinville, a família costumava ir jantar na Churrascaria Familiar e depois: “Na saída, lá pelas dez horas da noite, antes de voltarmos para casa, eu acabava levando todo mundo para a fábrica [referindo-se ao seu próprio empreendimento]. Geralmente era hora da saída dos operários. Eu me orgulhava daquela cena” (S. THIAGO, 2000, p. 65).

Logo, a paisagem pode ser empregada enquanto categoria de análise do espaço, de maneira a entender a relação que trava com os sujeitos que fazem parte dela, num processo de percepção no qual há a intersecção entre a esfera física, concreta e visual de um território e as memórias e os referenciais culturais individuais e coletivos (VERDRUM; VIEIRA; PIMENTEL, 2016).

Igualmente, Santos (2004) afiança que o espaço é o resultado de uma práxis coletiva que reproduz as relações sociais, haja vista suas características e seu funcionamento, também pelo que oferece a alguns e recusa a outros e ainda pela seleção de localização feita entre as atividades e os homens. Assim, deve ser entendido como uma testemunha da

história escrita por processos do passado e do presente e como um conjunto de formas representativas de relações sociais de outrora e dos dias atuais.

Como um dos registros dessas memórias e referenciais culturais, a literatura é uma das formas de representação tanto dessa identidade forjada quanto da paisagem cultural que deve sustentar essa paisagem. Por ser reflexo da sociedade, a paisagem cultural na literatura consiste numa representação em conformidade com a perspectiva do autor que a escreve, como afirma Schama (1996). Compartilham dessa ideia Verdrum, Vieira e Pimentel (2016, p. 138):

A narrativa é um sistema aberto à memória coletiva que se materializa na paisagem através do tempo, toda vez que um grupo determinado inscreve cotidianamente suas trajetórias sobre um suporte físico e material, deixando suas marcas e contribuindo para a manutenção das relações identitárias com o lugar.

Constatam-se, dessa forma, nas duas biografias analisadas, as relações que ambas as personagens travam com o espaço em que estão inseridas, num misto de convivência e de reforço de dada soberania. São citados nos textos somente pontos centrais da cidade de Joinville, por onde circulavam os biografados: “Nos quatro anos de namoro, nos encontrávamos aos sábados, às três da tarde. Eu ia pela Rua Doutor João Colin e ela [a então futura esposa, Lilli] vinha da sua casa, na Rua Timbó” (THIAGO, 2000, p. 45-46). Também

são mencionados fatos que indicavam o progresso joinvilense em razão do seu povo trabalhador e honesto, herança talvez de seus colonizadores. Entre as várias passagens da obra de Freitag ressaltando a boa índole característica do grupo social alemão, já no prefácio se encontra que possivelmente esse foi o motivo de ele ter obtido sucesso em vida: “As suas origens ancestrais e herança cultural refletiram-se inconscientemente no modo de ser, nas atitudes e nos propósitos de vida” (BUSCHLE, 2000, p. 9).

De acordo com Santos (2004), como qualquer outra estrutura social, o espaço acaba por manter a estrutura que a sociedade em que nele está inserida reflete, seu dinamismo sendo consequência da cisão da sociedade global e igualmente sua distribuição sobre o território. Olívia consegue perceber esse fato na cidade em que reside:

Hoje, diante dos fatos e da história, compreendo muito bem que a nossa sociedade local, à época, compreendia apenas duas classes: a da elite, rica, dos coronéis, dos homens públicos e políticos, dos empresários... e a classe pobre, dos empregados e funcionários. Nossa família pertencia a esta, a classe pobre (MAIA *in* GELBCKE, 2004, p. 20).

A biografada faz uma leitura particular de Joinville, entendendo o espaço como um campo de forças desiguais cujo domínio advém do poder econômico. Ela vê sua cidade diferentemente de Wittich Freitag, talvez por vir de uma classe social distinta da dele, além

da questão de gênero. Olívia define o espaço mais pelas diversas possibilidades econômicas concretas do que por outro motivo, mas não se abstém do fato de que os comportamentos pessoais contribuem para modelar o espaço. Essa seria a razão para a evolução espacial não ocorrer da mesma forma em todos os lugares.

Ao contrário de Olívia, Ficker (1965, p. 387) posiciona-se diferentemente quanto ao assunto, ao se referir aos pontos de lazer da cidade: “Em Joinville goza-se quanto possível e sem distinção de classes nem idades”. Wittich Freitag, conforme sua biografia, compartilha a opinião do escritor, ao falar sobre o fim do seu segundo mandato frente à prefeitura:

Terminado o mandato e depois de tantos anos comandando os destinos da maior cidade de Santa Catarina, não digo que me sinto realizado, posto que ainda são muitas as carências que afligem nossa comunidade, mas posso dizer que voltei ao aconchego da minha família com a satisfação de haver contribuído para reduzir, nos limites das minhas possibilidades, as injustiças e distâncias sociais (S. THIAGO, 2000, p. 244).

Não nos esqueçamos, contudo, da posição social que Freitag ocupava na cidade. Ficker (1965), igualmente, assume a postura de Freitag. Enfatiza, por toda a extensão da sua obra, o progresso da então Colônia Dona Francisca, num misto de orgulho por pertencer àquelas terras e de satisfação pelo projeto da Sociedade Colonizadora de Hamburgo, cujo propósito era erigir uma cidade por meio de

colonizadores, ter dado certo: “Uma sociedade que vai evoluindo numa absoluta integridade de justiça e moral, é que se fica sabendo do quanto estes costumes trazidos pela colonização alemã, têm feito em benefício das futuras épocas brasileiras” (FICKER, 1965, p. 367-368).

Conta ele que a introdução de “inteligência e capital” (FICKER, 1965, p. 103) mediante a segunda leva de imigrantes, formou o núcleo colonial Schroedersort, com a instalação de vendas, empórios, lojas e o estabelecimento de ofícios como seleiros, padeiros, ferreiros e tantos outros. Em razão disso, Schroedersort tornou-se o centro cultural, industrial e comercial da colônia, recebendo o nome de Joinville:

Dali partiu o sopro vivificador que, não obstante os contratempos e dificuldades encontradas, ou talvez exatamente porque encontrou esses obstáculos, fecundou os planos da Sociedade Colonizadora, de fundar uma cidade chamada “Joinville”, para garantir ao empreendimento colonial o mercado e o consumidor (FICKER, 1965, p. 103).

Por essa perspectiva, diz Santos (2004) que o espaço não significa a mesma coisa para todos. Sendo assim, tratá-lo como se ele fosse dotado de uma representação única e comum seria uma espécie de violência contra o indivíduo que pertence a esse espaço, bem como as soluções todas fundamentadas nessa tese não fariam sentido: “Não se pode negar a tendência que tem a organização do espaço de fazer com que se reproduzam suas principais

linhas de força” (SANTOS, 2004, p. 165).

Não se sabe o motivo que levou os alemães a terem tamanho destaque em relação à construção da cidade de Joinville, entretanto esse ponto é sentido por todos os lados. Ficker (1965), por exemplo, traz em sua obra um artigo do *Jornal do Commercio* de 1852, escrito pelo coronel Antônio João Vieira, em que mais uma vez esse pensamento é sobressalente:

Pode-se esperar com bons fundamentos que a Colônia Dona Francisca vingará e prosperará com a perseverança dos alemães, que nesta e n’outras províncias têm dado sobejas provas com a sua constância no trabalho, com o seu denodo, e com honestidade do seu proceder, do quanto valem e de quanto são apreciáveis para a colonização do nosso país (*apud* FICKER, 1965, p. 118-119).

Muito provavelmente essa seja a razão de as zonas de mais desenvolvimento e, por consequência, que recebem mais investimentos, serem aquelas voltadas à região do Mercado Público Municipal, considerado o berço de Joinville, onde se instalaram os primeiros imigrantes da cidade, que chegaram por aquela via. Sendo os imigrantes europeus de mais valor do que os habitantes de Joinville daquela época, a tendência é que a gestão da cidade se volte mais ao espaço que era ocupado por eles.

Tal valorização pode ser mais bem compreendida quando se leva em conta a visão de Foucault (1994), o qual afirma que o espaço é fundamental em qualquer exercício de poder,

tendo em vista que ele serve como um reforço das estruturas e relações sociais já existentes.

Quando o espaço é submetido a tal discussão, chega-se à conclusão de que a estrutura espacial é dependente direta da economia que a permeia, no entanto os fatores que compõem a sua organização não se limitam a isso. A questão política também possui papel essencial na discussão da organização espacial. Além da região do Mercado Público, outra área muito bem valorizada em Joinville fica num ponto específico da zona norte da cidade, próxima ao centro, onde se concentram as residências dos prefeitos que o município já teve, como é o caso de Freitag.

Sobre isso, Arantes (1994, p. 191) afirma que os habitantes da cidade se situam em determinados espaços urbanos. Nos espaços em comum no dia a dia são construídas as fronteiras e bordas simbólicas, as quais podem separar, aproximar, nivelar, hierarquizar os grupos sociais e suas mútuas relações, ordenando as categorias.

Essas fronteiras simbólicas podem ser reconhecidas quando se veem aflorar sociedades recreativas e culturais, por exemplo, ocorrências bastante comuns na historiografia de Joinville:

Outro assunto que merece observação especial nas histórias das colônias, principalmente alemãs, será a influência que tiveram, na formação moral e cultural dos colonos, as sociedades culturais, recreativas e beneficentes

que, desde a formação do primeiro povoado, se fundaram onde quer que grupos de colonos se estabelecessem (FICKER, 1965, p. 196).

Ficker (1965) dá grande destaque principalmente à Sociedade de Cultura, fundada na cidade em 1855 por um grupo de alemães e cuja intenção era “promover a prosperidade em todos os sentidos da agricultura e da indústria, ajudar os colonos recém-chegados” (FICKER, 1965, p. 166). Segundo o autor, era “realmente a primeira formação cultural de um organismo social em transformação, devido ao afastamento da terra natal e sob pressão de novas influências” (FICKER, 1965, p. 166).

Observa-se aqui que as sociedades culturais têm bastante importância para os germânicos, como bem explica Elias (1997). O autor, que estudou a fundo padrões do comportamento alemão dos séculos XIX e XX, afirma que, por causa da incerteza de *status*, das transformações das relações de poder e do desequilíbrio de poder entre grupos estabelecidos e grupos marginais, sobretudo no século XIX, houve a necessidade de se buscar, por parte dos alemães, uma identidade social.

Pensando nisso, conforme Elias (1997), os membros dos grupos similares passaram a formar uma rede de pessoas que sentiam que pertenciam ao mesmo círculo e que juntas exerciam suficiente poder para estar aptas a

constituir um grupo autossuficiente e excluir todas as outras desse círculo de relações. Tal postura auxiliou para reforçar a solidariedade, o sentimento de pertença e de identidade, assim como de superioridade sobre todos os de fora do grupo. Essa ideia fundamenta a hipótese de os alemães serem tão bem valorizados na construção de Joinville em comparação aos demais grupos.

Embora existam lugares específicos para os grupos sociais, há também lugares que se superpõem, se entrecruzam, tornando-se um espaço comum e compartilhado por todos, independentemente da temporalidade em que ele está inscrito. É o caso das ruas centrais da cidade e das praças, lugares em que todas as variantes do município se encontram. Observa-se ainda que os pontos de encontro dificilmente mudam com o passar dos anos e em geral mantêm a mesma configuração. Na obra de Ficker, tem-se:

Grandes festejos foram programados para a visita de Sua Alteza Real o Conde d’Eu⁶, a 12, 13 e 14 de dezembro de 1884 [...]. Formou-se um préstito de mais de 20 carruagens e carros de colonos, todos enfeitados e ornados com folhas de palmeiras e flores. Às seis horas da tarde, o cortejo chegou ao Palácio do Príncipe⁷. Na Alameda das Palmeiras⁸, que já nessa época apresentava um aspecto impressionante, os carros passaram entre alas do povo, colegiais e crianças festivamente trajadas (FICKER, 1965, p. 322).

Wittich Freitag também faz

⁶ Nobre francês, foi marido de Princesa Isabel, filha do imperador do Brasil D. Pedro II.

⁷ Hoje sede do Museu Nacional de Imigração e Colonização.

⁸ Atualmente é conhecida por Rua das Palmeiras.

ponderações sobre o local, porém um pouco mais adiante da intitulada por Ficker como Alameda das Palmeiras:

Ainda lembrando a juventude, recorro a Praça Nereu Ramos, na Rua do Príncipe, onde havia o *footing*, uma espécie de passeata das moças. Elas andavam para lá e para cá e nós, marmanjos, ficávamos parados, só na paquera! Em Joinville a maioria das moças era bastante tímida. Durante a passeata elas nos olhavam de um jeito muito gracioso, mas tímido. Era ali que praticamente iniciavam-se a maioria dos namoros (S. THIAGO, 2000, p. 44).

Para Olívia, a lembrança que tem da mesma rua envolve as comemorações do fim da Segunda Guerra Mundial, ponto de encontro de todos que eram contrários ao combate:

Então chegou oito de maio de 1945... Dia da Vitória! Alegria nas ruas, a guerra finalmente acabara. Espontaneamente, todas as samaritanas [da Cruz Vermelha] foram para a rua do Príncipe, onde havia um coreto, e lá cantaram hinos e fizeram discursos cívicos sobre os feitos dos pracinhas (MAIA *in* GELBCKE, 2004, p. 41).

Ademais, é possível ver por meio das transformações na paisagem diferentes usos para o mesmo espaço, conforme a temporalidade em que se inscreve, cada tempo correspondendo a uma específica prática para melhor uso do espaço de acordo com a necessidade da época. O narrador da biografia de Wittich Freitag, por exemplo, fala a respeito

de um imóvel localizado à Rua Borba Gato, o primeiro manicômio da cidade: “Levaram-me para o prédio onde havia funcionado o Hospício Oscar Schneider, atrás do Cemitério Municipal. Por causa do grande número de prisões de pessoas naquele período [em decorrência da Campanha de Nacionalização], o local passou a servir de presídio” (S. THIAGO, 2000, p. 37).

Ficker (1965, p. 64) também faz algumas análises sobre as modificações da paisagem:

Hoje em dia, o ribeirão Matias, devido ao desmatamento sistemático das florestas, nada tem de caudaloso, atravessando todo o centro da cidade, ocultando-se sob canalização de ferro e cimento, encabulado com todos os detritos que ajuda em sua escura e submersa caminhada, para desaguar, sempre modesto, no Rio Cachoeira.

Outro assunto que exerce bastante influência na formação das cidades e dos grupos sociais que nela habitam é a religiosidade. Sendo a religião uma das mais importantes marcas de ordenamento dos grupos sociais – no lançamento da pedra fundamental da igreja protestante Ottokar Doerffel⁹ diz que “o problema mais crucial da Colônia é a falta de assistência religiosa” (FICKER, 1965, p. 186), fala na qual se observa o poder do discurso religioso em relação aos grupos sociais –, viu-se a

⁹ Vindo da Alemanha, chegou a Joinville em 1854, de onde nunca mais saiu. Exerceu cargos públicos na cidade e fundou o jornal, todo escrito em alemão, *Kolonie-Zeitung (Jornal da Colônia)*, cuja circulação durou quase 80 anos (FICKER, 1965).

relevância de serem implantadas na colônia crenças religiosas.

Para resolver a questão, houve na Colônia Dona Francisca ao mesmo tempo a construção de templos tanto para os evangélicos protestantes como para os católicos. Todavia, provavelmente por contar com grande parcela da população – maioria na colônia em 1857: 1.484 evangélicos para 213 católicos (FICKER, 1965) –, ou por ser a religião original do grupo alemão, deu-se muito mais ênfase à religião protestante, com direito a festividades a fim de celebrar o lançamento da pedra fundamental da edificação, enquanto não havia nem sido enviado ainda à colônia um vigário católico: “Trabalhava-se simultaneamente nos templos das duas confissões, achando-se a casa de oração protestante já com a pedra fundamental assentada em comovente solenidade em julho do mesmo ano [1857]” (FICKER, 1965, p. 189).

Ficker (1965) conta que sempre se deu mais destaque ao protestantismo na colônia, enquanto referenciais católicos ficaram em segundo plano. Esse protagonismo é sentido até mesmo nos documentos oficiais da colônia: “Infelizmente não existem os mesmos documentos com relatos minuciosos dos festejos, como os encontrados nos fundamentados da igreja protestante” (FICKER, 1965, p. 189). Festejos relativos ao catolicismo só foram ocorrer em 1863, com a

tradicional festa da cobertura de seu prédio. Defronte ao templo, houve as cerimônias, e deu-se um jantar no Salão Ravache, de acordo com as velhas tradições da Europa. Constatase assim mais uma vez a disputa por territórios e fronteiras, mesmo que por vias simbólicas.

Outra disputa comum quando se fala de territorialidades ocorre em função do uso da língua, entendida como um dos pilares de um grupo social e base para a percepção de mundo dos indivíduos. Sendo o primeiro elemento de identificação de um grupo social e determinante da composição da identidade cultural, a língua teve bastante influência na Colônia Dona Francisca. Em seu início, em 1851, aportou na cidade a primeira grande leva de imigrantes, na qual havia três grupos distintos: suíço, alemão e norueguês. Por conta das diferenças linguísticas, cada grupo acabou desbravando uma região da colônia (FICKER, 1965).

A língua igualmente esteve presente nas questões educacionais da colônia. Conta Ficker (1965, p. 178):

Uma das mais constantes preocupações do Diretor [Léonce] Aubé, foi a do ensino primário. Pela resolução do Governo Imperial, as aulas nas Colônias de principal população alemã, deveriam ser dadas nos dois idiomas [português e alemão]. Acontece que o professor de primeiras letras, enviado pela Presidência da Província, Sr. Carlos O. Schlappal, somente lecionava em língua portuguesa alegando que os seus diminutos vencimentos não lhe permitiam lecionar em duas línguas. O resultado não foi de surpreender: aulas do professor J. H. Auler, subvencionadas pela Sociedade Colonizadora (com 25\$000 por

mês), tiveram uma frequência cada vez maior, enquanto que a escola do professor Schlappal acusava reduzido número de alunos.

O reconhecimento da importância da língua pela gestão governamental também está presente nas biografias analisadas neste artigo. Wittich Freitag, por exemplo, conta que foi preso em Joinville em decorrência da língua alemã, que falava com seus companheiros de pensão, em um jogo de baralho, além de a língua ter sido proibida, assim como o italiano, por Getúlio Vargas, na Campanha de Nacionalização. Já Olívia relata que, à época da campanha, estudava no Colégio Bom Jesus, escola tipicamente alemã de Joinville, em 1935, enquanto o Brasil “lutava para se libertar de ideias integralistas” (GELBCKE, 2004, p. 28). A biografada rapidamente esclarece como foi tal época no Colégio Bom Jesus. Anna Maria Harger, então diretora da escola, conforme ela, “foi submetida a fortes pressões” (MAIA *in* GELBCKE, 2004, p. 29) por causa da nacionalização do ensino e proibição do uso do idioma estrangeiro, em razão da Segunda Guerra Mundial.

Nos capítulos finais de seu livro, Ficker (1965) afirma: “Termina aqui [em 1901] a história colonial de Joinville e da Colônia Dona Francisca”, na clara intenção de demonstrar que ambas as histórias, da colônia e da cidade, se confundem. Não é mais possível saber o que é colônia e o que é cidade, muito embora boa parcela dessas histórias seja

apagada. Num trecho trazido de Crispim Mira, prosador, orador e jornalista, sobre Joinville de 1905, assim é dito: “Joinville, que trinta anos atrás era uma colônia exclusivamente alemã, tem agora vinte mil habitantes entre alemães, luso e teuto-brasileiros” (*apud* FICKER, 1965, p. 364), num nítido indicativo de que somente a parcela alemã da população angariou os méritos do desenvolvimento da cidade, além de que os negros e os chamados brasileiros, por exemplo, não são sequer mencionados.

Também é interessante perceber o tom bucólico que é dado a Joinville por parte de Ficker (1965), que ressalta em inúmeras passagens como a cidade é pacata, ordeira e tranquila: “Nova e singelamente pura, Joinville é sem lhe dizer favores, cidadezinha de verdadeiro encanto” (FICKER, 1965, p. 365), e que seu habitante goza de uma “vida tranquila e pacífica” (FICKER, 1965, p. 270). Salienta-se, com isso, o progresso da cidade, direcionando-o à ordem e à modernização, discurso que aparece fortemente na mídia que circula pela região, embora Joinville seja atualmente o maior município de Santa Catarina e, por isso, tenha adquirido algumas características que envolvem sobretudo a violência, problemas típicos de uma cidade grande.

Considerações finais

Propôs-se aqui uma nova maneira de

pensar a paisagem urbana, “como um todo coerente solidamente ajustado, que enquadra drasticamente as nossas atividades” (CARDOSO, 2013, p. 9). Tal qual uma narrativa que conta uma vida lógica, cronológica e coerente, contrariando a própria vida real, assim também acontece em relação às imagens paisagísticas que vemos ao longo dos textos. Elas aparecem como suporte, cenário para a história que se almeja contar. Por isso, devem estar em consonância com os demais elementos que compõem a narrativa, ajudando a manter, ao menos aparentemente, o sentido e a linearidade do texto biográfico.

Viu-se com as análises aqui presentes que o homem molda o espaço e por ele é moldado, numa interferência recíproca. Todavia, o espaço é heterogêneo e deve comportar toda a diversidade nele presente, e essa convivência com o diferente na maioria das vezes não ocorre de maneira tranquila, o que acaba privilegiando alguns em detrimento de outros. Esse privilégio é em grande parte obtido pela posição econômica e política e acaba supervalorizando os chamados pertencentes à elite, ou seja, aqueles que detêm o poder simbólico.

O destaque dado a um grupo social em relação ao outro impacta também na configuração da identidade coletiva. À procura de uma identidade para o grupo única, homogênea e singular, a paisagem urbana tende a ser um dos suportes dessa

representação.

Percebeu-se, então, que o livro de Ficker (1965) ajudou a moldar o imaginário dos moradores de Joinville, assim como o da gestão municipal e o discurso midiático, forjando uma identidade local única e singular: a do colonizador alemão, aquele que trouxe a Joinville o progresso e o desenvolvimento industrial. Não obstante o apagamento de alguns grupos, sobretudo os chamados grupos minoritários, para a manipulação dessa identidade, a imagem de Joinville como uma cidade alemã é reforçada pelas biografias que se analisaram aqui, num claro indicativo que são essas as memórias, as do grupo mais potente, que devem ser perpetuadas e espalhadas.

Ao mencionar o espaço, as narrativas promovem grande esforço de constituição da delimitação e individualização das culturas e do território quando em confronto com outros territórios, com vistas a sua homogeneização. Conforme as palavras de Sevcenko (1985), a literatura “aparece como um ângulo estratégico notável, para a avaliação das forças e dos níveis de tensão existentes”. Logo, deve-se sempre, ao tratar de obras literárias, considerar o meio que ela relata, pois a literatura é um dos meios de divulgação das representações do real à vista de experiências imaginárias acerca do mundo exterior. Todo material literário expressa contextos espaçotemporais e, como se viu, é um poderoso suporte para a

construção de identidades

Referências

- ARANTES, Antonio A. A guerra dos lugares: sobre fronteiras simbólicas e liminaridades no espaço urbano. *Revista do Patrimônio Histórico Artístico Nacional*, n. 23, p. 191-203, 1994.
- ARRUDA, Gilmar. “Minha terra tem palmeiras”: paisagem, patrimônio e identidade nacional. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). *Patrimônio cultural ambiental*. São Paulo: Annablume, 2009.
- _____. O chão de nossa história: natureza, patrimônio ambiental e identidade. *Patrimônio e Memória*, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 110-125, 2006.
- BESSE, Jean-Marc. Estar na paisagem, habitar, caminhar. In: CARDOSO, Isabel Lopes; TAVARES, André (Eds.). *Paisagem patrimônio*. Porto: Dafne/Chaia, 2013. p. 33-53.
- BUSCHLE, Baltasar. Prefácio. 1999. In: S. THIAGO, Raquel. *Eu, Wittich Freitag*. Joinville: Movimento e Arte, 2000. 268 p.
- CABRAL, Oswaldo. Introdução. In: FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965. p. 9-14.
- CARDOSO, Ciro Flamarion; BRIGNOLI, Héctor Pérez. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CARDOSO, Isabel Lopes. Paisagem e patrimônio: aproximações pluridisciplinares. In: _____; TAVARES, André (Eds.). *Paisagem patrimônio*. Porto: Dafne/Chaia, 2013. p. 7-15.
- CASTRO, Viviane Maria Cavalcanti de. *O uso do conceito de identidade na arqueologia*. 2008. Disponível em: <<https://www.ufpe.br/cliuarq/images/documentos/V23N1-2008/2008v1n23a9.pdf>>. Acesso em: 9 set. 2016.
- DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. O patrimônio natural no Brasil. In: FUNARI, Pedro Paulo A.; PELEGRINI, Sandra C. A.; RAMBELLI, Gilson (Orgs.). *Patrimônio cultural ambiental*. São Paulo: Annablume, 2009.
- ELIAS, Norbert. *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX*. Tradução de Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.
- FEBVRE, Lucien. *Combates pela história*. Lisboa: Presença, 1989.
- FICKER, Carlos. *História de Joinville: subsídios para a crônica da Colônia Dona Francisca*. Joinville: Imprensa Ipiranga, 1965.
- FOUCAULT, Michel. Espaço e poder. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 23, p. 138-145, 1994.
- GINZBURG, Carlo. *Nenhuma ilha é uma ilha: quatro visões da literatura inglesa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.
- GUEDES, Sandra Paschoal Leite de Camargo. A escravidão em uma colônia de “alemães”. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE HISTÓRIA, 24., 2007, São Leopoldo. *Anais...* São Leopoldo, 2007. Disponível em: <<http://anais.anpuh.org/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S24.0464.pdf>>. Acesso em: 23 set. 2017.
- MENESES, Ulpiano Bezerra de. Identidade cultural e arqueologia. *Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, n. 20, p. 33-36, 1984.

RONCAGLIO, Cynthia. A ideia da natureza como patrimônio: um percurso histórico. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, Curitiba, n. 19, p. 111-128, jan./jul. 2009.

SANTOS, Milton. *Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica*. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SCHAMA, Simon. Introdução. In: _____. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

VERDRUM, Roberto; VIEIRA, Lucimar de Fátima dos Santos; PIMENTEL, Maurício Ragagnin. As múltiplas abordagens para o estudo da paisagem. *Espaço Aberto*, Rio de Janeiro, v. 6, n. 1, p. 131-150, 2016. Disponível em: <<https://revistas.ufrj.br/index.php/EspacoAberto/article/view/5240/3848>>. Acesso em: 24 set. 2017.